



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE CULTURA

REQUERIMENTO Nº _____, DE 2021
(Da Sra. Erika Kokay e da Sra. Benedita da Silva)

Requer a realização de audiência pública para discutir políticas públicas voltadas para a identificação, reconhecimento, apoio e fomento ao Patrimônio Cultural Imaterial Brasileiro.

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeremos à Vossa Excelência, ouvido o plenário desta Comissão, a realização de Audiência Pública para discutir políticas públicas voltadas para a identificação, reconhecimento, apoio e fomento ao Patrimônio Cultural Imaterial Brasileiro. Solicitamos sejam convidados:

I- **Mestre Alcides de Lima**, Presidente do Fórum para as Culturas Populares e Tradicionais - FCPT;

II- **Isaac Wylliam Loureiro**, pesquisador e ativista das culturas populares tradicionais amazônicas, educador popular, produtor cultural, membro da Irmandade do Carimbó de S. Benedito de Santarém Novo/PA;

III- Ministério do Turismo;

IV- Instituto do Patrimônio, Histórico e Artístico Nacional – IPHAN;

V- **Mestre Paulão**, membro do grupo de salvaguarda da Capoeira do Iphan-RJ e do Conselho Nacional de Política Cultural;

VI- **Chico Simões**, mamulengueiro, educador comunitário, ator, mágico, palhaço, idealizador do Mamulengo Presepada;

VII- **Elizângela** da Congada Feminina de Belo Horizonte; e





CÂMARA DOS DEPUTADOS

VIII- **Chico de Assis**, repentista, violeiro, cordelista e produtor cultural.

JUSTIFICAÇÃO

Segundo dados oficiais, o Brasil possui atualmente 47 bens registrados que retratam a singularidade e a diversidade das manifestações culturais do povo brasileiro. Desse total de bens reconhecidos pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 5 foram inscritos pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - Unesco como Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade, quais sejam: Samba de Roda do Recôncavo Baiano; Arte Kusiwa – pintura corporal e arte gráfica Wajãpi; Frevo; Círio de Nazaré; e Roda de Capoeira.

A diversidade de toda essa riqueza cultural é marcada historicamente com a edição, em 04 de agosto de 2000, do [Decreto 3.551](#), pelo qual os direitos culturais passaram a ser considerados enquanto política pública estatal voltada para a identificação, reconhecimento, apoio e fomento ao Patrimônio Cultural Imaterial. A partir daí, o poder público e diversos parceiros da sociedade civil foram incumbidos de executar a Política de Salvaguarda do Patrimônio Imaterial por meio da documentação, promoção, preservação e valorização das referências culturais dos mais variados grupos formadores da sociedade brasileira, mediante o [Programa Nacional do Patrimônio Imaterial \(PNPI\)](#).

Os avanços da Política de Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial têm um segundo e igualmente importante divisor de águas: a Carta de Fortaleza, elaborada em 1997 durante evento realizado na capital cearense. A partir do **Seminário Internacional Patrimônio Imaterial: estratégias e formas de proteção**, que serviu de laboratório para a discussão do tema e produção da referida carta, recomendou-se ao IPHAN a realização do inventário desses bens em âmbito nacional, a integração das informações produzidas ao [Sistema Nacional de Informações Culturais \(SNIC\)](#)¹ e a criação, pelo então Ministério da Cultura (MinC), de um grupo de trabalho para desenvolver estudos e propor a edição de um instrumento legal dispendo sobre a criação do instituto jurídico denominado Registro.

1 <http://portal.iphan.gov.br/iiseminariofortaleza/pagina/detalhes/1584>





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Todavia, o cenário atual demanda ação conjunta do parlamento, dos órgãos competentes e da sociedade civil, diante dos inúmeros desafios para garantir a proteção e salvaguarda desses bens culturais, principalmente em face da extinção do Ministério da Cultura e do esfacelamento das políticas públicas para proteção, conservação e difusão das expressões culturais populares e tradicionais brasileiras. É fundamental trazer tais questões ao debate no âmbito da Comissão de Cultura da Câmara Federal.

Ademais, o presente Requerimento se propõe a dar continuidade à discussão realizado em 16 de abril neste colegiado, ocasião foi abordada a situação do patrimônio histórico, artístico e cultural nacional. Naquela oportunidade, especialistas e representantes de culturas tradicionais e de entidades pediram auxílio dos parlamentares para aprovar leis e garantir recursos orçamentários para assegurar a plena proteção das casas de cultura, dos mestres da cultura tradicional, especialmente negras e negros.

Ainda na mesma audiência, os debatedores manifestaram grande preocupação com a inexistência de políticas públicas para o patrimônio, o que tem levado a perda gradativa de registros, por exemplo, de práticas de povos indígenas, de religiões de matizes africanas e de referências musicais como o samba, que constituem a identidade brasileira. A implementação dessa política, sem dúvidas, requer pessoal qualificado, espaços próprios para abrigar o patrimônio e a garantia de orçamento.

A presente audiência busca problematizar ainda a situação dos Planos de Salvaguarda dos bens culturais imateriais brasileiros, notadamente aqueles relacionados as culturas negras e indígenas; a extinção do Conselho Nacional de Política Cultural e como a atual gestão pretende incluir a sociedade civil nos debates sobre os caminhos da Cultura Brasileira; os resultados do plano de ação que vem sendo realizado pelo Grupo de Trabalho Interdepartamental para Preservação do Patrimônio Cultural de Terreiros (GTIT) composto por técnicos de vários departamentos do IPHAN, bem como pelas Superintendências nos Estados com base na Portaria IPHAN nº. 489 e do I Plano Nacional de





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Sustentabilidade dos Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana (2013-2015).

Face ao exposto, e considerando as preocupações levantadas pela referida audiência pública da CCULT, bem como os desafios para a implementação da Política de Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, apresentamos o requerimento, para o qual solicitamos o apoio dos nobres Pares.

Sala da Comissão, em ____ de _____ de 2021.

Deputada **ERIKA KOKAY – PT/DF** Deputada **BENEDITA DA SILVA – PT/RJ**





Requerimento **(Da Sra. Erika Kokay)**

Requer a realização de audiência pública para discutir políticas públicas voltadas para a identificação, reconhecimento, apoio e fomento ao Patrimônio Cultural Imaterial Brasileiro.

Assinaram eletronicamente o documento CD211113757500, nesta ordem:

- 1 Dep. Erika Kokay (PT/DF)
- 2 Dep. Benedita da Silva (PT/RJ)

